

oigP

Operações Integradas
de Gestão da Paisagem

Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas

Atualizado em novembro de 2023

OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM

QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

OBJETIVOS PARA ENQUADRAMENTO DA OIGP

A operação integrada de gestão da paisagem (OIGP) define, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem, de reconversão de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros, o modelo de gestão e programa de monitorização a implementar.

No presente documento apresenta-se um conjunto de **orientações** a considerar na elaboração do projeto da paisagem futura, as quais agregam os aspetos fundamentais que resultam dos **objetivos do Programa de Transformação da Paisagem**, sem prejuízo da necessidade de dar cumprimento aos Instrumentos de Gestão Territorial e a outras disposições legais e regulamentares aplicáveis para a área da OIGP.

Os 3 **objetivos** para os quais a OIGP deve contribuir são os seguintes:

- Reduzir a vulnerabilidade do território a fogos rurais;
- Valorizar a aptidão dos solos e melhorar os serviços prestados pelos ecossistemas;
- Aumentar o valor do território e dinamizar a economia.

Identificam-se ainda os **conteúdos fundamentais** a apresentar no âmbito de uma OIGP, os quais se sistematizam em 5 componentes:

- Desenho da transformação e valorização da paisagem, respetiva matriz de transformação, e os fundamentos que sustentam as opções, incluindo a caracterização do regime de fogo, sua causalidade e análise de risco, antes e após proposta de paisagem futura.
- Programação da execução, incluindo modelo de exploração
- Investimento e financiamento, incluindo fontes de apoios disponíveis
- Modelos de gestão da OIGP e de contratualização das ações a realizar com os proprietários.
- Programa de monitorização da execução das ações e de avaliação dos resultados.

CONTEÚDO DO DOCUMENTO

I. ORIENTAÇÕES PARA O PROJETO DE PAISAGEM

II. CONTEUDO MATERIAL E DOCUMENTAL DA OIGP

A. Transformação e Valorização da Paisagem

- ✧ Projeto da paisagem futura
 - Planta da ocupação do solo atual (POSA)
 - Planta da ocupação do solo proposta (POSP)
 - Matriz de transformação da paisagem
- ✧ Fundamentação das soluções adotadas na proposta

B. Programação da Execução

- ✧ Unidades de Intervenção
- ✧ Modelo de Exploração Florestal
- ✧ Modelo de intervenção em áreas agrícolas

C. Investimento e Financiamento

- ✧ Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem
 - Quadro do Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem
 - Quadro síntese do investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem
- ✧ Sistemas culturais elegíveis para remuneração dos serviços de ecossistemas
 - Quadro dos montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas
- ✧ Sustentabilidade da proposta

D. Gestão e Contratualização

- ✧ Carta da situação cadastral e de adesão dos proprietários
- ✧ Modelo de Gestão e Contratualização
 - Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora
 - Modelo de acesso e execução dos financiamentos
 - Modelo de contratualização de compromissos
 - Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado
 - Quadro com identificação dos proprietários, respetivos prédios e modalidades de contratos

E. Monitorização e Avaliação

- Anexo 1. Nomenclatura da COS
- Anexo 2. Conteúdo do relatório de fundamentação
- Anexo 3. Conteúdo do Modelo de Exploração
- Anexo 4. Índice e conteúdo do relatório e anexos
- Anexo 5. Modelo de Dados dos ficheiros geográficos
- Anexo 6. Redes de Defesa

I. ORIENTAÇÕES PARA O PROJETO DE PAISAGEM

O desenho da paisagem futura deve ser sustentado na estratégia de transformação da paisagem, considerando, nomeadamente, as características biofísicas e edafoclimáticas do território, a aptidão do solo e os fatores que permitem reduzir a perigosidade e a vulnerabilidade ao fogo.

1. O modelo de paisagem deve considerar **a bacia hidrográfica como unidade de planeamento**, incluindo a bacia principal e respetivas sub-bacias na área da AIGP. O sistema de festos e talvegues será a estrutura de suporte do modelo de paisagem, sobre o qual serão identificadas as **Estruturas da Paisagem**:

- a **estrutura ecológica** que assegura o funcionamento ecológico da paisagem e a conservação dos recursos naturais. Nesta estrutura incluem-se: sistema húmido, constituído pelos principais cursos de água permanentes e temporários, principais massas de água, fundos de vales; e sistema seco, constituído por cumeadas com cabeços e cabeceiras associadas, as quais constituem a estrutura de carácter linear principal que, para além das funções ecológicas, cria obstáculo à progressão do fogo perpendicularmente à vertente. A estrutura ecológica inclui, também outras áreas de vegetação natural de especial relevância para a conservação da natureza. As áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) associadas ao ciclo hidrológico devem ser consideradas na definição da estrutura ecológica.
- a **estrutura de resiliência** aos fogos rurais, que garante a criação de discontinuidades na paisagem e de redução da velocidade e intensidade dos fogos, sendo, em parte, coincidente com a estrutura ecológica e, em parte, associada a **faixas de gestão de combustível** e a **áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível**, constituindo áreas de diversidade na ocupação e no uso do solo, onde devem ser implementadas medidas de gestão de combustível e de alteração da composição, com o objetivo de limitar a propagação dos fogos, reduzir os seus efeitos, permitir e facilitar a sua supressão, isolar potenciais focos de ignição e diminuir a vulnerabilidade do património natural e construído.

Nestas **Estruturas da Paisagem**, devem ser mantidos ou alterados os usos/ocupações do solo, privilegiando espécies e tipos de vegetação que melhor garantam funções ecológicas e redução da vulnerabilidade ao fogo e ser desenvolvidas medidas específicas de gestão de combustível na estrutura vertical e horizontal da vegetação, adequando os modelos de silvicultura e ajustando as intervenções (em intensidade e frequência) ao regime de fogo.

As Estruturas da Paisagem devem, em presença de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem, detalhar as opções do programa que se aplica na área da Operação Integrada de Gestão da Paisagem.

2. A **estrutura de resiliência** deve ser definida em articulação com os **instrumentos de gestão integrada de fogos rurais**, tendo em conta o regime de fogo e a sua causalidade e a respetiva legislação aplicável:

- As **faixas de gestão de combustível** constituem redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar, nos termos da secção II do DL 82/2021 de 13 de outubro, atendendo-se ao seguinte:
 - A **rede primária de faixas de gestão de combustível**, faz parte da rede de defesa de acordo com n.º 2 do art.º 46.º do DL n.º 82/2021, e visa o estabelecimento, em locais estratégicos, de condições favoráveis ao combate a incêndios rurais com a função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo e está definida nos diversos instrumentos de planeamento regional do SGIFR. Os critérios para a implementação das redes são definidos em manual próprio (<https://www.icnf.pt/api/file/doc/86b7391d29ac1a58>). Estas faixas com uma largura padrão de 126m, visam compartimentar áreas que devem, preferencialmente, ter entre 500 e 1000ha, dependendo do tipo de território e dos sistemas florestais envolvidos. O planeamento da rede teve em consideração o definido no n.º 3 do art.º 48.º do DL n.º 82/2021. No desenho da nova paisagem a instalação da faixa de interrupção de combustível (FIC) ou manutenção da faixa de redução de combustível (FRC), deverá ser contemplada na POSP e observar o previsto no Anexo 6.
 - A **rede secundária de faixas de gestão de combustível** desenvolve-se na envolvente da rede viária e ferroviária; das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica e de transporte de gás e de produtos petrolíferos; das áreas edificadas; dos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e parques de caravanismo, das infraestruturas e parques de lazer e de recreio, das áreas de localização empresarial e dos estabelecimentos industriais, dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto -Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, dos postos de abastecimento de combustíveis, das plataformas logísticas e dos aterros sanitários; das instalações de produção e armazenamento de energia elétrica e de gás; e das infraestruturas de suporte ao Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP). A largura de cada uma destas faixas encontra-se identificada na respetiva legislação aplicável.
 - A **rede terciária de faixas de gestão de combustível**, de interesse local, é constituída pelas redes viária, divisional e outras infraestruturas das unidades locais de gestão florestal ou agroflorestal e deve ser definida na OIGP.
 - As **áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível**, também previstas no diploma acima mencionado, possuem uma dimensão variável e correspondem aos locais onde os tratamentos têm o maior efeito na redução da propagação do fogo na paisagem, devendo o seu planeamento, instalação e manutenção ao nível do projeto de execução da OIGP ter em consideração o previsto no anexo 6.
3. Os **usos e ocupações do solo**, incluindo nas **Estruturas da Paisagem**, devem ser selecionados em função da prevenção e mitigação do risco estimado de incêndio e das perspectivas de aumento do rendimento para os proprietários pelos bens e serviços gerados através de processos adequados de gestão, considerando-se o seguinte:

- Identificar e valorizar as **áreas de grande valor natural** e/ou outros aspetos particulares e identitários da paisagem;
 - Manter ou recuperar a vegetação ripícola autóctone ao longo das **linhas de água**;
 - Privilegiar a introdução de usos agrícolas ou silvo pastoris nos **vales** dos cursos de água e nas áreas de **maior aptidão**, sem prejuízo da vegetação ripícola;
 - Fomentar a instalação de espécies arbóreas caducifólias quando as condições edafoclimáticas o permitam;
 - Promover a regeneração natural de autóctones, a instalação de povoamentos arbóreos com baixa inflamabilidade e combustibilidade ou áreas abertas ou com menor densidade de arvoredo, nas **áreas da estrutura principal das cumeadas**.
4. Nas áreas florestais, os modelos de exploração devem assegurar o cumprimento das medidas previstas na lei, quer as relativas à **silvicultura preventiva**, quer as relativas às normas técnicas de instalação de povoamentos florestais, incluindo as aplicáveis à **mobilização de solo**, nomeadamente em áreas mais declivosas ou com elevado risco de erosão hídrica.
5. Na definição dos usos e ocupações e modelos de silvicultura a considerar e respetivos modelos de exploração, deve ainda atender-se às orientações e normas constantes nos **Programas Regionais de Ordenamento Florestal** e nos **Programas Especiais de Ordenamento do Território**, sem prejuízo da necessidade de adaptar as disposições à escala da OIGP.

II. CONTEUDO MATERIAL E DOCUMENTAL DA OIGP

No presente capítulos são identificados e descritos detalhadamente, os vários conteúdos que devem integrar a OIGP. O índice do relatório a apresentar, bem como os ficheiros a anexar são apresentados no anexo 4. Os ficheiros geográficos devem ter como referência o modelo de dados disponibilizado no anexo 5.

A. Transformação e Valorização da Paisagem

A proposta de transformação e valorização da paisagem consubstancia-se no desenho da ocupação do solo proposta para o território da AIGP e na elaboração da respetiva matriz de transformação, tendo como referência a ocupação atual, e deve incluir a fundamentação técnica e legal das opções.

a. Projeto da Paisagem Futura

- a. **Planta da ocupação do solo atual (POSA)**, a qual deve ser elaborada tendo por base a cartografia de ocupação do solo mais recente (atualmente COS 2018). As unidades de ocupação do solo devem considerar o nível de desagregação 4 da nomenclatura da COS 2018, nos termos do anexo 1 (admitindo-se maiores níveis de detalhe, se necessário).

b. **Planta da ocupação do solo proposta (POSP)**, a qual deve ter consideração as orientações constantes do capítulo I do presente documento e ser desdobrada em 3 níveis de informação:

- As **Unidades de Ocupação do Solo** propostas, cobrindo toda a área da OIGP, com o nível de desagregação 4 da nomenclatura da COS 2018 (admitindo-se maiores níveis de detalhe, se necessário).
- As **Estruturas da Paisagem**: a estrutura ecológica e a estrutura de resiliência.
- Os **Elementos Estruturais** cuja identificação seja necessária para os objetivos de transformação e gestão da paisagem, tais como pontos notáveis, sebes, muros ou socalcos, bem como infraestruturas lineares ou pontuais.

Os produtos cartográficos COSSim (2020 e 2021 e seguintes) devem ser utilizados para apoio à definição das opções.

c. **Matriz de transformação da paisagem**, resultante da comparação da planta de ocupação do solo atual com a planta da ocupação do solo proposta, e que se traduz na apresentação de um quadro síntese com os valores de variação operados.

Quadro 1: Matriz de Transformação da Paisagem

Ocupação do solo ¹ (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)	
	ha	%	ha	%

b. Fundamentação das soluções adotadas na proposta

Relatório com a fundamentação das opções tomadas deve incluir (de acordo com as orientações do anexo 2):

- Breve descrição da situação atual do território, incluindo a caracterização do regime de fogo e sua causalidade;
- Explicitação das principais opções de transformação da paisagem e demonstração dos seus efeitos, incluindo análise de risco, face aos objetivos do programa de transformação da paisagem e abrangendo as opções de valorização e revitalização territorial;
- Articulação da proposta com o quadro legal e regulamentar aplicável, incluindo obrigatoriamente os PROF, os Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e os instrumentos de gestão integrada de fogos rurais;
- Identificação das ações de divulgação e acompanhamento.

B. Programação da Execução

No âmbito da programação da execução da proposta, devem ser identificadas e caracterizadas as ações necessárias para a **reconversão e valorização da paisagem**, a realizar em 2 anos.

¹ Agregação das unidades de ocupação do solo em classes de nomenclatura da COS com o nível de desagregação 4

Para o efeito, deve proceder-se à identificação e delimitação de áreas homogéneas do ponto de vista da natureza e características das ações a realizar, designadas por **Unidades de Intervenção**, e à caracterização do modelo de exploração e calendarização da sua execução.

a. Unidades de intervenção (UI)

As UI correspondem a áreas com as mesmas condições edafoclimáticas e de ocupação do solo, nas quais se pretende realizar um conjunto de ações com as mesmas características, tendo em vista a sua reconversão para outro uso ou a manutenção e/ou valorização do uso existente, incluindo os elementos estruturais tais como pontos notáveis, sebes, muros ou socacos, bem como infraestruturas lineares ou pontuais, a ser objeto de intervenção.

a. **Mapeamento das unidades de intervenção**, tendo por base os seguintes critérios, cumulativos:

- Possuírem homogeneidade relativamente à ocupação futura;
- Quando se sobrepõem a áreas da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível e a áreas da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível associada às infraestruturas, deve constituir-se uma única UI, respetivamente, podendo incluir mais do que um polígono em função da UOSP;
- No caso das reconversões podem agregar-se na mesma UI diferentes espécies da mesma categoria de uso (florestal ou agrícola), na ocupação inicial;
- As operações sejam comuns na passagem da paisagem atual para a futura, sem prejuízo da existência de ações complementares;
- Para a delimitação das UI, deverá considerar-se o declive, superior e inferior a 25%.

b. **Quadro das unidades de intervenção**, identificando o respetivo uso atual e futuro, a principal função da ocupação proposta e respetiva área/extensão.

Quadro 2: Identificação das unidades de intervenção

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)	Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I da OT)	Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta ²	Dimensão**		
							Área (hectares)	Extensão (metros)	Volume (m3)
1									
2									
Área global intervencionada (hectares)									

*Reconversão ou valorização

**Preencher apenas 1 coluna, considerando a unidade de medida dos custos unitários de referência (ver cap. C)

² Identificar a função principal: produção, conservação, proteção, recreio e enquadramento, suporte à silvopastorícia, caça ou pesca.

b. Modelo de Exploração Florestal

Para todas as unidades de intervenção identificadas no quadro 2, com ocupação do solo a manter ou proposta correspondente às tipologias da COS floresta, superfícies agroflorestais (SAF), matos e pastagens espontâneas, deve ser explicitado o Modelo de gestão e de Exploração, através do preenchimento das tabelas do anexo 3. Para efeitos de apresentação desta informação, cada unidade de intervenção pode ser subdividida em várias parcelas, nos termos definido da norma técnica do ICNF para a elaboração de Planos de Gestão Florestal.

O modelo de exploração inclui a organização da gestão e zonamento funcional dos espaços florestais, identificando os modelos de silvicultura aplicáveis para cada tipo de povoamento florestal e as intervenções florestais necessárias à adequação aos objetivos do modelo de silvicultura (condução dos povoamentos), identificadas em cada unidade de intervenção. Este modelo integra ainda as operações silvícolas legalmente obrigatórias quanto à defesa da floresta contra os incêndios, à defesa contra os agentes bióticos e à proteção dos recursos naturais água e solo, tendo em consideração as orientações e normas dos PROF. Para as áreas de matos, em particular para as que evidenciam uma elevada incidência de fogo, devem ser definidas propostas de atuação que tenham incidência na sua carga, continuidade e intensidade do fogo.

Esta informação deve permitir dar resposta ao estabelecido no número 3 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2022 de 14 de janeiro, onde se estabelece que a OIGP incorpora os elementos correspondentes ao conteúdo dos planos de gestão florestal (PGF) previsto no Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual e produz os efeitos daqueles planos, dispensando a aprovação dos mesmos na área por ela abrangida. A informação a fornecer para efeitos do Relatório técnico listada no anexo 2 deverá também dar resposta a esta necessidade.

c. Modelo de Intervenção em áreas agrícolas

Para as unidades de intervenção com ocupação do solo a manter ou proposta correspondentes às tipologias da COS agricultura e pastagens melhoradas, deve ser explicitado o modelo de intervenção.

O modelo de intervenção inclui a organização da gestão e zonamento funcional dos espaços agrícolas, identificando os tipos de agricultura e as intervenções necessárias à adequação aos objetivos dos modelos de agricultura preconizados. Este modelo integra ainda eventuais ações associadas à construção, manutenção ou valorização de elementos estruturais de valor produtivo, como sejam socalcos, muros de suporte, caleiras ou outras estruturas de condução/distribuição de água.

C. Investimento e Financiamento

As **ações de reconversão e valorização da paisagem (investimento inicial)** são financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nos termos aprovados por este plano.

Atendendo aos apoios de financiamento disponíveis no PRR para o investimento inicial (217 M€), a OIGP deve apresentar a estimativa dos valores de investimento globais necessários para a realização das ações previstas nas diferentes unidades de intervenção da OIGP, considerando as ações elegíveis e respetivos valores unitários de referência, identificados na orientação Técnica (OT) Nº 3/C08-I01.01/2023 “Operações Integradas de Gestão da Paisagem” – 2ª republicação (https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2023/c08-3-republicacao-ot-n03_c08-0101_20221.aspx)

De acordo com a referida OT, para efeitos deste financiamento, é celebrado um contrato entre o Fundo Ambiental e a Entidade Gestora, o qual exige que, no mínimo, 50% do total da área da OIGP esteja nas seguintes condições:

- a) Com acordo dos proprietários;
- b) Integrada nas estruturas de resiliência e ecológica – faixas e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível aprovadas e leitos e margens de cursos de água, bem como eliminação e controlo de invasoras.

Ainda nos termos desta OT:

- O financiamento público global não deverá ultrapassar, por área da OIGP a intervir, um custo médio de 2.500 € por hectare.
- Com a assinatura do contrato de financiamento fica assegurado o compromisso de 60% do investimento máximo admissível, calculado com base no valor referência definido no ponto anterior.
- Quando aplicável, o remanescente do investimento aprovado para a OIGP será objeto de um segundo contrato, condicionado pela execução física e financeira do contrato inicial e decorrente de um procedimento concursal balizado pela disponibilidade financeira, o qual deverá ser celebrado até ao prazo máximo de 31 dezembro de 2024.

Por último, de acordo com esta OT, o prazo máximo para os beneficiários concluírem a execução física e financeira das intervenções, é 30 de novembro de 2025.

Considerando os apoios disponíveis para a **gestão e manutenção das OIGP a médio e longo prazo**, com o objetivo de promover a resiliência aos fogos rurais e, desse modo, assegurar a prestação dos serviços dos ecossistemas, devem ainda ser identificadas as unidades de intervenção elegíveis para apoios anuais, respetivos sistemas culturais e montantes estimados, considerando o disposto na Orientação Técnica (OT) dos apoios a 20 anos (https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2023/ot_oigp_apoios-a-20-anos-v20-23112023-pdf.aspx)

Nos termos desta OT, estes apoios compreendem as seguintes tipologias:

- Apoio à gestão conjunta das OIGP incluindo a monitorização e controlo das ações de manutenção e gestão dos ecossistemas;
- Apoios dirigidos aos sistemas culturais identificados na referida OT, sendo atribuído um valor-base, majorado em função dos seguintes fatores: declive; integrar a estrutura da paisagem; integrar determinadas tipologias da Reserva Ecológica Nacional (REN).

a. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

- a. **Quadro do investimento global estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem** (investimento inicial), identificando, para cada unidade de intervenção, o tipo de intervenção, o grupo e a denominação das operações a realizar, com a devida correspondência com as ações elegíveis para financiamento público, nos termos do anexo I da OT do investimento inicial, bem como informação relativa à dimensão ou extensão da área a intervencionar e estimativa dos custos.

Quadro 3: Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)	Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I da OT)	Dimensão**			Custo unitário de referência	Estimativa do custo total
				Área (hectares)	Extensão (metros)	Volume (m3)		
1								
2								
Estimativa do custo total das UI (euros)								
Estimativa dos investimentos imateriais (euros)								

*Reconversão ou valorização

**Preencher apenas 1 coluna, considerando a unidade de medida dos custos unitários de referência

- b. **Quadro síntese do investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem**, por tipologia de ocupação do solo ou outros elementos estruturais (de acordo com a POSP).

Quadro 4: Síntese do investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem

Ocupação do solo (COS) proposta	Estimativa do custo total

b. Sistemas culturais elegíveis para remuneração dos serviços dos ecossistemas

- a. **Quadro dos montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas**, identificando, por cada unidade de intervenção, o sistema cultural elegível nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos, a área total, as áreas inseridas em declives entre 15% e 25% e superiores a 25%, a área inserida em Estruturas da Paisagem, a área inserida nas tipologias da REN identificadas e os valores de remuneração estimados.

Quadro 5: Montantes globais estimados para remuneração dos serviços dos ecossistemas

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Valor Total anual
Estimativa do valor total anual (euros)							
Estimativa do apoio único (euros)							

c. Sustentabilidade da proposta

Breve descrição da sustentabilidade da proposta em matéria de resiliência aos fogos rurais, prestação de serviços dos ecossistemas e dinamização da economia rural.

D. Gestão e Contratualização

Neste âmbito, devem ser apresentados os modelos de gestão previstos em matéria de organização e funcionamento, acesso e execução dos financiamentos e redistribuição dos benefícios e encargos, bem como os modelos de contractualização com os proprietários, incluindo quadro síntese.

a. Carta da situação cadastral e de adesão

Mapeamento da situação cadastral e de adesão dos proprietários, diferenciando:

- Prédios com adesão (com declaração de compromisso nos termos do n.º 5 do artigo 21º do RJRP)
 - Execução pelo proprietário
 - Execução pela entidade gestora
- Prédios com perspectivas de adesão (pendente de resolução)
- Prédios sem adesão
- Área com desconhecimento da titularidade para efeitos de início do procedimento prédio sem dono conhecido

Para efeitos da identificação dos prédios, e consoante a situação do município em causa, deve considerar-se o cadastro geométrico da propriedade rustica, o cadastro predial ou a informação cadastral simplificada disponível no BUPI (RGG).

Refira-se ainda que:

- Para os **concelhos com cadastro**, a DGT disponibiliza o cadastro vetorizado. No caso dos concelhos em cadastro predial, as respetivas CM e a DGT promovem o levantamento em áreas de cadastro diferido (recursos DGT e CM + PRR)
- Nos **concelhos sem cadastro**:
 - i. Os trabalhos assentam no sistema de informação cadastral simplificada, aproveitam os procedimentos de representação gráfica georreferenciada (RGG) realizados ou a realizar e decorrem através do Balcão Único do Prédio (BUPi);
 - ii. Os trabalhos são complementados com ações adicionais, a realizar no contexto da elaboração da proposta de OIGP, incluindo:
 - ações de mobilização dos proprietários e de outros titulares de direitos reais e de incentivo ao cadastro dos prédios no contexto da elaboração da OIGP, em articulação com a entidade gestora;
 - organização e execução do processo de consulta pública e de resolução de conflitos e reclamações, para efeitos de validação simultânea das RGG por todos os proprietários confinantes e posterior integração na Carta Cadastral;
 - intervenção de Técnico de Cadastro Predial na comprovação do cumprimento das Normas e Especificações Técnicas do Cadastro Predial.

Os trabalhos da alínea i) beneficiam do financiamento dos Programas Operacionais Regionais (POR) no âmbito do Termo de Aceitação assinado entre o POR e os municípios. Os trabalhos adicionais inerentes à publicitação, consulta pública e técnico de cadastro predial, constantes da alínea ii), são financiados no âmbito do contrato programa, a 4 euros por prédio que reúna as condições para ser integrado na carta cadastral.

b. Modelo de Gestão e Contratualização

- a. **Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora**, incluindo órgão de gestão, competências e responsabilidades na execução da OIGP.
- b. **Modelo de acesso e execução dos financiamentos**, incluindo a organização e articulação (entidade gestora/proprietários) na apresentação de candidaturas às fontes de financiamento disponíveis ao longo do tempo e responsabilidades na sua concretização.
- c. **Modelo de contratualização de compromissos** para a concretização das ações a realizar na OIGP, considerando nomeadamente os seguintes aspetos a constar nos contratos:
 - Compromisso de adesão dos proprietários ao modelo de OIGP, o qual consubstancia o termo de responsabilidade que o proprietário assume para a concretização no seu terreno das ações previstas na OIGP, podendo assumir seguintes modalidades de adesão:
 - ✓ Proprietários aderentes com transmissão do direito de gestão à entidade gestora
 - ✓ Proprietários aderentes com gestão própria
- d. **Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado**

- e. Quadro síntese com identificação dos proprietários, respectivos prédios e modalidades de contratos

Quadro 9: Modalidades de contratos

Identificadores dos Prédios	Área Total dos prédios	Tipo de vinculação

E. Monitorização e Avaliação

Neste âmbito, deve ser identificado o conjunto de indicadores de execução física e financeira e as metas a considerar, incluindo da incidência de incêndios, relativamente ao número de ocorrências e áreas ardidas, prevendo metas parcelares de avaliação a 2 anos, e de cinco em cinco anos até 20 anos, para acompanhamento do grau de concretização das ações de reconversão e valorização da paisagem e das ações de manutenção e gestão face aos grandes objetivos de OIGP

ANEXO 1 - Nomenclatura da COS2018

COS2018				
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	
1. Territórios artificializados	1.1 Tecido edificado	1.1.1 Tecido edificado contínuo	1.1.1.1 Tecido edificado contínuo predominantemente vertical 1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	
		1.1.2 Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo 1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esparsa	
		1.1.3 Espaços vazios em tecido edificado	1.1.3.1 Áreas de estacionamento e logradouros 1.1.3.2 Espaços vazios sem construção	
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	1.2.1 Indústria	1.2.1.1 Indústria	1.2.1.1 Indústria
		1.2.2 Comércio	1.2.2.1 Comércio	1.2.2.1 Comércio
		1.2.3 Instalações agrícolas	1.2.3.1 Instalações agrícolas	1.2.3.1 Instalações agrícolas
	1.3 Infraestruturas	1.3.1 Infraestruturas de produção de energia	1.3.1.1 Infraestruturas de produção de energia renovável 1.3.1.2 Infraestruturas de produção de energia não renovável	1.3.1.1 Infraestruturas de produção de energia renovável 1.3.1.2 Infraestruturas de produção de energia não renovável
		1.3.2 Infraestruturas de águas e tratamento de resíduos	1.3.2.1 Infraestruturas para captação, tratamento e abastecimento de águas para consumo 1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	1.3.2.1 Infraestruturas para captação, tratamento e abastecimento de águas para consumo 1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais
	1.4 Transportes	1.4.1 Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	1.4.1.1 Rede viária e espaços associados 1.4.1.2 Rede ferroviária e espaços associados	1.4.1.1 Rede viária e espaços associados 1.4.1.2 Rede ferroviária e espaços associados
		1.4.2 Áreas portuárias	1.4.2.1 Terminais portuários de mar e de rio 1.4.2.2 Estaleiros navais e docas secas 1.4.2.3 Marinas e docas pesca	1.4.2.1 Terminais portuários de mar e de rio 1.4.2.2 Estaleiros navais e docas secas 1.4.2.3 Marinas e docas pesca
		1.4.3 Aeroportos e aeródromos	1.4.3.1 Aeroportos 1.4.3.2 Aeródromos	1.4.3.1 Aeroportos 1.4.3.2 Aeródromos
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	1.5.1 Áreas de extração de inertes	1.5.1.1 Minas a céu aberto 1.5.1.2 Pedreiras	1.5.1.1 Minas a céu aberto 1.5.1.2 Pedreiras
		1.5.2 Áreas de deposição de resíduos	1.5.2.1 Aterros 1.5.2.2 Lixeiros e Sucatas	1.5.2.1 Aterros 1.5.2.2 Lixeiros e Sucatas
		1.5.3 Áreas em construção	1.5.3.1 Áreas em construção	1.5.3.1 Áreas em construção
	1.6 Equipamentos	1.6.1 Equipamentos desportivos	1.6.1.1 Campos de golfe 1.6.1.2 Instalações desportivas	1.6.1.1 Campos de golfe 1.6.1.2 Instalações desportivas
		1.6.2 Equipamentos de lazer e parques de campismo	1.6.2.1 Parques de campismo 1.6.2.2 Equipamentos de lazer	1.6.2.1 Parques de campismo 1.6.2.2 Equipamentos de lazer
		1.6.3 Equipamentos culturais	1.6.3.1 Equipamentos culturais	1.6.3.1 Equipamentos culturais
1.6.4 Cemitérios		1.6.4.1 Cemitérios	1.6.4.1 Cemitérios	
1.6.5 Outros equipamentos e instalações turísticas		1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	
1.7 Parques e jardins	1.7.1 Parques e jardins	1.7.1.1 Parques e jardins	1.7.1.1 Parques e jardins	
2. Agricultura	2.1 Culturas temporárias	2.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio 2.1.1.2 Arrozaís	
	2.2 Culturas permanentes	2.2.1 Vinhas	2.2.1.1 Vinhas	
		2.2.2 Pomares	2.2.2.1 Pomares	
		2.2.3 Olivais	2.2.3.1 Olivais	
	2.3 Áreas agrícolas heterogéneas	2.3.1 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a culturas permanentes	2.3.1.1 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha 2.3.1.2 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar 2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3.1.1 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha 2.3.1.2 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar 2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival
2.3.2 Mosaicos culturais e parcelares complexos		2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	
2.3.3 Agricultura com espaços naturais e seminaturais		2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	
2.4 Agricultura protegida e viveiros	2.4.1 Agricultura protegida e viveiros	2.4.1.1 Agricultura protegida e viveiros	2.4.1.1 Agricultura protegida e viveiros	
3. Pastagens	3.1 Pastagens	3.1.1 Pastagens melhoradas 3.1.2 Pastagens espontâneas	3.1.1.1 Pastagens melhoradas 3.1.2.1 Pastagens espontâneas	
4. Superfícies agroflorestais (SAF)	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	4.1.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	4.1.1.1 SAF de sobreiro	
			4.1.1.2 SAF de azinheira	
5. Florestas	5.1 Florestas	5.1.1 Florestas de folhosas	4.1.1.3 SAF de outros carvalhos	
			4.1.1.4 SAF de pinheiro manso	
6. Matos	6.1 Matos	6.1.1 Matos	4.1.1.5 SAF de outras espécies	
			4.1.1.6 SAF de sobreiro com azinheira	
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1.1 Praias, dunas e areais	4.1.1.7 SAF de outras misturas	
			7.1.2 Rocha nua	
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	8.1.1 Zonas húmidas interiores	5.1.1.1 Florestas de sobreiro	
			8.1.2 Zonas húmidas litorais	
9. Massas de água superficiais	9.1 Massas de água interiores	9.1.1 Cursos de água	5.1.1.2 Florestas de azinheira	
			9.1.2 Planos de água	
	9.2 Aquicultura	9.2.1 Aquicultura	5.1.1.3 Florestas de outros carvalhos	
			9.2.1.1 Salinas	
	9.3 Massas de água de transição e costeiras	9.3.1 Salinas	5.1.1.4 Florestas de castanheiro	
9.3.2 Lagoas costeiras				
9.3.3 Desembocaduras fluviais	9.3.3.1 Desembocaduras fluviais	5.1.1.5 Florestas de eucalipto		
		9.3.4 Oceano		
9.3.4.1 Oceano	9.3.4.1 Oceano	5.1.1.6 Florestas de espécies invasoras		
		9.3.4.1 Oceano		

ANEXO 2 - Conteúdo do relatório de fundamentação

O relatório de fundamentação técnica das soluções propostas na OIGP deve incluir, nomeadamente, os seguintes itens:

1. **Breve descrição da situação atual do território**, nas suas várias componentes com interesse direto para os objetivos de transformação e gestão da paisagem, incluindo **cartografia ilustrativa**, nomeadamente

Localização e enquadramento	Limites administrativos, rede viária
Caraterísticas biofísicas e edafoclimáticas	Parâmetros climáticos, declive, orientação das vertentes, altitude, solos e respetivas aptidões, hidrografia (bacias e sub-bacias hidrográficas, linhas e planos de água), flora e fauna
Ocupação do solo	Ocupação atual e principais dinâmicas (utilizando a série da COS disponível entre 1995 e 2018)
Áreas edificadas e infraestruturas	Áreas edificadas (de acordo com a carta das áreas edificadas disponível), áreas de localização empresarial, infraestruturas ambientais, rodovias, ferrovias e outras estruturas relevantes
Elementos patrimoniais e culturais	Pontos de interesse histórico, incluindo sítios arqueológicos, cultural, recreativos e paisagístico
Fogos rurais	Caracterização do regime de fogo e sua causalidade, à freguesia; Incidência do fogo na área da AIGP (% área ardida/ano) e registo do ponto de início conhecidos; Perigosidade; Histórico de FWI: número de dias por classe de FWI e respetivo desvio padrão, e distribuição de ocorrências e de área ardidas por classe; Interfaces diretas das áreas edificadas com territórios florestais; Localização de rede de defesa e linhas de transporte de energia ou infraestruturas críticas
Outros riscos e vulnerabilidades	Invasoras, pragas, habitats e espécies ameaçados, parâmetros climáticos extremos (precipitação, temperatura, geada), erosão hídrica do solo (tipologia da REN), instabilidade de vertentes (tipologia da REN)
Estrutura fundiária	Mapeamento da estrutura fundiária, número e dimensão média dos prédios
Socioeconomia relevante para a valorização e revitalização territorial	Perfil demográfico, tipo, dimensão e orientação produtiva das explorações agrícolas e florestais; atividades económicas relevantes e complementares (caça, pesca, recreação e lazer, turismo)
Estrutura organizativa	Organizações de produtores florestais e agrícolas e outras organizações relevantes para a execução dos projetos e ações (ZIF, EGF, UGF, Unidades e agrupamentos de baldios, ONGA, organizações de promoção do desenvolvimento local)
Projetos em curso ou aprovados	Projetos de recuperação do potencial produtivo aprovados, executados ou em execução, e compromissos plurianuais assumidos por beneficiários no âmbito dos programas de desenvolvimento rural e/ou medida condomínio de aldeia -

	programa de apoio às aldeias localizadas em território de floresta, em curso e/ou planeados.
--	--

2. **Explicitação das principais opções de transformação da paisagem e demonstração dos seus efeitos** sobre a resiliência do território aos riscos, a melhoria dos serviços dos ecossistemas e a revitalização económica e desenvolvimento rural, no contexto das alterações climáticas, considerando cada um dos seguintes aspetos:

- Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo
- Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas
- Conetividade ecológica
- Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água
- Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais
- Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais
- Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais
- Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes
- Fomento da agricultura, da silvopastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem
- Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

➤ A demonstração dos efeitos das opções tomadas na **redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais**, deve ter por base a caracterização do regime de fogo e sua causalidade, e a análise de risco na situação atual e perspetivas futuras face às alterações propostas, incluindo os seguintes aspetos:

- Importância relativa e medidas de mitigação das diferentes causas de fogos rurais
- Redução da probabilidade de ocorrências
- Redução da vulnerabilidade ao fogo
- Iniciativas previstas de contingência (pré-supressão e mitigação)

3. Articulação da proposta com o **quadro legal e regulamentar aplicável, bem como com outros planos, programas ou projetos** que abranjam a área de intervenção, efetuando a análise e enquadramento da proposta face às disposições aplicáveis e descrevendo as medidas de adequação e compatibilização. nomeadamente:

Instrumentos de Gestão Territorial	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem Programas Especiais das Áreas Protegidas Programas Regionais de Ordenamento Florestal
	Plano Diretor Municipal
Instrumentos de gestão Integrada de fogos rurais	Programas regional e sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais
Servidões e restrições de utilidade pública	Regime Florestal; REN; RAN; empreendimentos hidroagrícolas; Linhas de alta tensão e antenas; Marcos Geodésicos; Sítios arqueológicos; Áreas protegidas; Rede Natura 2000 (ZPE+ ZEC); Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português; domínio

	hídrico e outros regimes relevantes para a gestão, tais como o regime cinegético e zonas de pesca nas águas interiores
Planos de Gestão Florestal	

4. Identificação e descrição das [ações de divulgação e de acompanhamento](#) por parte da entidade gestora junto dos atores locais e proprietários.

Anexo 3 – Conteúdo do Modelo de Exploração Florestal

Para efeitos da explicitação do Modelo de Exploração Florestal, deve ser apresentada a informação que consta nas tabelas seguintes:

T1: Resumo, Identificação e Localização

T1.1. Dados de referência para localização

Designação da OIGP	
Entidade gestora	
Técnico Responsável pela elaboração da componente florestal e silvo pastoril e outros recursos associados	
Localização (DICOFRE)	

T1.2 Usos do Solo

	Área (ha)	
	Atual	Proposta
Floresta		
Superfícies Agroflorestais		
Matos		
Pastagens espontâneas		
Agricultura		
Outros Usos		
TOTAL		

T1.3 Espécies principais

Componente arbórea (F+SAF)	Área (ha)	
	Atual	Proposta
Pinheiro-bravo		
Eucaliptos		
Sobreiro		
Azinhreira		
Carvalhos		
Pinheiro-manso		
Castanheiro		
Alfarrobeira		
Acácias		
Outras folhosas		
Outras resinosas		

T2 - Descrição

T2.1 Descrição da componente florestal

UI	Área (ha)	Composição (puro ou misto)	Espécies (principal, outras espécies e % relativas)	Estrutura (regular ou irregular) Regime (alto-fuste ou talhadia)	Condição/vitalidade do povoamento (ex: boa condição, afetado por pragas, incêndios, outros)	fase ex: ardido ou cortado, em regeneração, bastio, fustadio	Sistema de especial interesse ecológico e de resiliência ao fogo (S/N)	Habitat Classif. (código)	Idade média	Densidade média (n.º arv/ha) ou grau de cobertura (%)	Hd (*)	DAP ou PAP médio

(*) se aplicável

T2.2 Descrição da componente matos e pastagens

UI	Área (ha)	Composição	Espécies (herbáceas e arbustivas)	Condição (ex: boa condição, afetado por pragas, infestantes, ardido, outros)	Árvores fora de povoamento	Sistema de especial interesse ecológico e resiliência ao fogo (S/N)	Habitat Classificado (código)

T2.3 Descrição da componente arbórea (UI a reverter)

UI	Área (ha)	Ocupação atual (POSA)	Ocupação futuro (POSP)	Composição anterior (puro ou misto)	Espécies (principal, outras espécies e percentagens relativas)	Condição (ex: afetado por pragas, infestantes, ardido, em más/boas condições vegetativas, em fim de rotação, outros)

T.3 Organização e zonamento funcional

UI	ÁREA (ha)	Uso do solo (floresta/ mato/ pastagem/ agroflorestal)	Tipo de Povoamento (*)	Função	Objetivos da gestão/ subfunções	Modelo de silvicultura (**)

(*) Composição e espécie principal, se aplicável

(**) Modelo do PROF se existente e se aplicável

T4 – Programas operacionais

T4.1 – Programa de gestão e intervenção na componente florestal

UI	Área (ha)	Arborização/rearborização			Plano de Intervenções culturais e de manutenção			Programa de Cortes			Gestão de recursos não lenhosos		
		Calendarização (tipologia e periodicidade)	Tipo de instalação (regeneração natural, sementeira, plantação)	Área	Calendarização (tipologia e periodicidade)	Natureza da Intervenção (ex limpezas, podas, adensamentos, desramação, controle matos e invasoras)	Área	Calendarização (tipologia e periodicidade)	Tipo de corte (final ou cultural)	Área	Calendarização (tipologia e periodicidade)	Natureza da Intervenção	Área

T4.2 – Programa de gestão e intervenções na componente matos e pastagens

UI	Área (ha)	Sementeiras ou plantação			Plano de Intervenções culturais e de manutenção			Silvopastorícia	
		Calendarização (tipologia e periodicidade)	Espécies a fomentar	Área	Calendarização (tipologia e periodicidade)	Natureza da Intervenção (ex fertilização, controle infestantes)	Área	Tipo de gado	Encabeçamento (CN/ha)

T4.3 – Programa de Gestão da Biodiversidade

UI	Área (ha)	Povoamento Formações vegetais	Habitat natural, espécie animal ou vegetal ou geossítio	Regime de proteção (SNAC, Rede Natura)	Orientações de gestão previstas no Plano Aplicável	Identificação das principais operações calendarizadas			Medidas de compatibilização com orientações de gestão
						Calendarização (tipologia e periodicidade)	Natureza da Intervenção (ex controle invasoras, corte de matos, adensamento, desbaste)	Área	

T.4.4 - Outros Programas relevantes (cinegética, recreio, biomassa...) (*)

UI	Natureza da intervenção	Modelo de Silvicultura (*)	Unidades (km, n.º Área)	Calendarização (tipologia e periodicidade)	Descrição das operações	Observações

(*) se aplicável

T.5 - Programa de Infraestruturas DFCL e rede viária

Tipo de intervenção (instalação ou beneficiação)	Unidades (km, n.º Área)	Calendarização (tipologia e periodicidade)	Lista de IU onde se localizam	Observações

Anexo 4 – Índice e conteúdo do relatório e anexos

Capítulos	Subcapítulos		Conteúdo	
Introdução			Descrição dos objetivos da OIGP; Conteúdos e entidade responsável	
Capítulo A. Transformação e Valorização da Paisagem	A.1 Projeto da Paisagem Futura	a. Planta de Ocupação do Solo Atual (POSA)	Cartograma da Ocupação Atual do Solo (POSA) e descrição da paisagem atual	
		b. Planta de Ocupação do Solo proposta (POSP)	Unidades de ocupação do solo proposta	Cartograma(s) da Ocupação do Solo Proposta (POSP) com os vários níveis de informação (unidades de ocupação do solo, estrutura de resiliência, estrutura ecológica e elementos estruturais) e descrição da paisagem proposta, explicitando as opções ao nível das futuras ocupações do solo, das áreas incluídas na estrutura de paisagem (ecológica e de resiliência) e dos elementos estruturais
			Estrutura de resiliência	
			Estrutura ecológica	
	c. Matriz de Transformação da Paisagem		Quadro 1 do QR - Matriz de Transformação da Paisagem e identificação e descrição das principais transformações a operar	
	A.2 Fundamentação das Soluções adotadas na proposta	A2.1 Situação atual do território	a. Localização e enquadramento	Limites administrativos, rede viária, incluindo cartograma
			b. Características biofísicas e edafoclimáticas	Parâmetros climáticos, declive, orientação das vertentes, altitude, solos e respetivas aptidões, hidrografia (bacias e sub-bacias hidrográficas, linhas e planos de água), flora e fauna, incluindo cartogramas representativos
			c. Ocupação do solo incluindo cartograma	Ocupação atual e principais dinâmicas (utilizando a série da COS disponível entre 1995 e 2018), incluindo cartogramas representativos
			d. Áreas edificadas e infraestruturas	Áreas edificadas (de acordo com a carta das áreas edificadas disponível), áreas de localização empresarial, infraestruturas ambientais, rodovias, ferrovias e outras estruturas relevantes, incluindo cartograma
			e. Elementos patrimoniais e culturais	Pontos de interesse histórico, incluindo sítios arqueológicos, cultural, recreativos e paisagístico, incluindo cartograma
			f. Fogos rurais	Caracterização do regime de fogo e sua causalidade, à freguesia; Incidência do fogo na área da AIGP (% área ardida/ano) e registo do ponto de início conhecidos; Perigosidade; Histórico de FWI: número de dias por classe de FWI e respetivo desvio padrão, e distribuição de ocorrências e de área ardidas por classe; Interfaces diretas das áreas edificadas com territórios florestais; Localização de rede de defesa e linhas de transporte de energia ou infraestruturas críticas, incluindo cartogramas representativos
			g. Outros riscos e vulnerabilidades	Invasoras, pragas, habitats e espécies ameaçadas, parâmetros climáticos extremos (precipitação, temperatura, geada), erosão hídrica do solo (tipologia da REN), instabilidade de vertentes (tipologia da REN), incluindo cartograma
			h. Estrutura fundiária	Mapeamento da estrutura fundiária, número e dimensão média dos prédios
			i. Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial	Perfil demográfico, tipo, dimensão e orientação produtiva das explorações agrícolas e florestais; atividades económicas relevantes e complementares (caça, pesca, recreação e lazer, turismo)
			j. Estrutura organizativa	Organizações de produtores florestais e agrícolas e outras organizações relevantes para a execução dos projetos e ações (ZIF, EGF, UGF, Unidades e agrupamentos de baldios, ONGA, organizações de promoção do desenvolvimento local)
l. Projetos em curso ou aprovados		Projetos de recuperação do potencial produtivo aprovados, executados ou em execução, e compromissos plurianuais assumidos por beneficiários no âmbito dos programas de desenvolvimento rural e/ou medida condomínio de aldeia - programa de apoio às aldeias localizadas em território de floresta, em curso e/ou planeados.		
A2.2 Demonstração dos efeitos da proposta	a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo	Demonstração dos efeitos da proposta sobre a resiliência do território aos riscos, a melhoria dos serviços dos ecossistemas e a revitalização económica e desenvolvimento rural, no contexto das alterações climáticas. Em cada		
	b. Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas			
	c. Conetividade ecológica			

			<p>d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água</p> <p>e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais</p> <p>f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais</p> <p>g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais</p> <p>h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes</p> <p>i. Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem</p> <p>j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor</p>	<p>alínea, explicitar dos contributos da proposta para os aspetos identificados. A demonstração dos efeitos das opções tomadas na redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, deve ter por base a caracterização do regime de fogo e sua causalidade, e a análise de risco na situação atual e perspetivas futuras face às alterações propostas, incluindo os seguintes aspetos: Importância relativa e medidas de mitigação das diferentes causas de fogos rurais; Redução da probabilidade de ocorrências; Redução da vulnerabilidade ao fogo; Iniciativas previstas de contingência (pré-supressão e mitigação)</p>						
		<p>A2.3 Articulação com o quadro legal</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="678 703 824 863"> <p>a. Instrumentos de Gestão Territorial</p> </td> <td data-bbox="824 703 1319 863"> <p>Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem</p> <p>Programas Especiais das Áreas Protegidas (e outros)</p> <p>Programas Regionais de Ordenamento Florestal</p> <p>Plano Diretor Municipal</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="678 863 824 999"> <p>b. Instrumentos de gestão Integrada de fogos rurais</p> </td> <td data-bbox="824 863 1319 999"> <p>Programas regional e sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais</p> <p>Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="678 999 824 1361"> <p>c. Servidões e restrições de utilidade pública</p> </td> <td data-bbox="824 999 1319 1361"> <p>Regime Florestal; Áreas protegidas; Rede Natura 2000 (ZPE+ ZEC); Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português</p> <p>REN</p> <p>RAN; empreendimentos hidroagrícolas;</p> <p>Linhas de alta tensão e antenas; Marcos Geodésicos; Sítios arqueológicos;</p> <p>Domínio hídrico</p> <p>Outros regimes relevantes para a gestão, tais como o regime cinegético e zonas de pesca nas águas interiores</p> </td> </tr> </table>	<p>a. Instrumentos de Gestão Territorial</p>	<p>Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem</p> <p>Programas Especiais das Áreas Protegidas (e outros)</p> <p>Programas Regionais de Ordenamento Florestal</p> <p>Plano Diretor Municipal</p>	<p>b. Instrumentos de gestão Integrada de fogos rurais</p>	<p>Programas regional e sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais</p> <p>Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais</p>	<p>c. Servidões e restrições de utilidade pública</p>	<p>Regime Florestal; Áreas protegidas; Rede Natura 2000 (ZPE+ ZEC); Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português</p> <p>REN</p> <p>RAN; empreendimentos hidroagrícolas;</p> <p>Linhas de alta tensão e antenas; Marcos Geodésicos; Sítios arqueológicos;</p> <p>Domínio hídrico</p> <p>Outros regimes relevantes para a gestão, tais como o regime cinegético e zonas de pesca nas águas interiores</p>	<p>Análise e enquadramento da proposta face às disposições aplicáveis de cada um dos instrumentos legais e descrevendo as medidas de adequação e compatibilização</p>
<p>a. Instrumentos de Gestão Territorial</p>	<p>Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem</p> <p>Programas Especiais das Áreas Protegidas (e outros)</p> <p>Programas Regionais de Ordenamento Florestal</p> <p>Plano Diretor Municipal</p>									
<p>b. Instrumentos de gestão Integrada de fogos rurais</p>	<p>Programas regional e sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais</p> <p>Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais</p>									
<p>c. Servidões e restrições de utilidade pública</p>	<p>Regime Florestal; Áreas protegidas; Rede Natura 2000 (ZPE+ ZEC); Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português</p> <p>REN</p> <p>RAN; empreendimentos hidroagrícolas;</p> <p>Linhas de alta tensão e antenas; Marcos Geodésicos; Sítios arqueológicos;</p> <p>Domínio hídrico</p> <p>Outros regimes relevantes para a gestão, tais como o regime cinegético e zonas de pesca nas águas interiores</p>									

		d. Planos de Gestão Florestal	
		A2.4 Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários.	Identificação e descrição das ações realizadas
Capítulo B. Programação da Execução	B1. Unidades de Intervenção	a. Mapeamento das Unidades de Intervenção	Cartograma das Unidades de Intervenção (UI) e respetiva descrição e fundamentos
		b. Quadro das Unidades de Intervenção	Quadro 2 do QR - Quadro das Unidades de Intervenção e respetiva descrição e fundamentos
	B2. Modelo de Exploração Florestal		Explicitação do Modelo de Gestão e de Exploração Florestal, incluindo a apresentação dos Quadros do Anexo 3 do QR
	B3. Modelo de intervenção em áreas agrícolas		Explicitação do Modelo de intervenção em áreas agrícolas
Capítulo C. Investimento e Financiamento	C1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem	a. Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	Quadro 3 do QR - Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem e respetiva descrição e fundamentos
		b. Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem	Quadro 4 do QR - Investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem e respetiva descrição e fundamentos
	C2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas	a. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas	Quadro 5 do QR - Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas e respetiva descrição e fundamentos
	C3. Sustentabilidade da proposta		Breve descrição da sustentabilidade da proposta em matéria de resiliência aos fogos rurais, prestação de serviços dos ecossistemas e dinamização da economia rural.
Capítulo D. Gestão e Contratualização	D1. Levantamento cadastral e da situação de adesão		Cartograma da situação cadastral e de adesão , incluindo a sua descrição e fundamentos
	D2. Modelo de Gestão e Contratualização	a. Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora	Descrição do modelo de organização e funcionamento da EG, incluindo órgão de gestão, competências e responsabilidades na execução da OIGP.
		b. Modelo de acesso e execução dos financiamentos	Explicitação do modelo de acesso e execução dos financiamentos, incluindo a organização e articulação (entidade gestora/proprietários) na apresentação de candidaturas às fontes de financiamento disponíveis ao longo do tempo e responsabilidades na sua concretização.
		c. Modelo de contratualização de compromissos	Explicitação do modelo de contratualização de compromissos para a concretização das ações a realizar na OIGP, considerando nomeadamente os seguintes aspetos a constar nos contratos: Compromisso de adesão dos proprietários ao modelo de OIGP, o qual consubstancia o termo de responsabilidade que o proprietário assume para a concretização no seu terreno das ações previstas na OIGP, podendo assumir as seguintes modalidades de adesão: - Proprietários aderentes com transmissão do direito de gestão à entidade gestora - Proprietários aderentes com gestão própria
		d. Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado	Apresentação do modelo de intervenção
		e. Modalidades de adesão	Quadro 6 do QR - Modalidades de contratos , incluindo descrição e fundamentos
Capítulo E. Monitorização e Avaliação			Lista de indicadores de execução física e financeira e metas a considerar, incluindo da incidência de incêndios, relativamente ao número de ocorrências e áreas ardidas, prevendo metas parcelares de avaliação a 2 anos, e de cinco em cinco anos até 20 anos, para acompanhamento do grau de concretização das ações de reconversão e valorização da paisagem e das ações de manutenção e gestão face aos grandes objetivos de OIGP

ANEXOS - As plantas PDF e TIFF georreferenciadas e as shapefiles devem ser apresentadas conforme modelo de dados	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da ocupação do solo atual à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base)
	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da ocupação do solo proposta à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base, a EE, ER e elementos estruturais)
	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado das unidades de intervenção à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base)
	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base)
	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre a ocupação do solo proposta, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base, a EE, ER e elementos estruturais)
	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre as unidades de intervenção, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base)
	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado dos serviços dos ecossistemas à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base)
	Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre os serviços dos ecossistemas, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base)
	Shapefiles da área de intervenção e elementos de referência (nos termos do modelo de dados)
	Shapefile da estrutura ecológica (EE)
	Shapefile da estrutura de resiliência (ER)
	Shapefiles dos elementos estruturais
	Shapefile da planta da ocupação do solo atual (POSA)
	Shapefile da planta da ocupação do solo proposta (POSP)
	Shapefile das unidades de Intervenção (UI) e valores de investimento
	Shapefile dos serviços dos ecossistemas
	Shapefile da situação cadastral e de adesão
	Ficheiro Excel dos Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do QR (cada quadro deve ser apresentado em uma folha do Excel)
Ficheiro Excel dos Quadros do Anexo 3 do QR - Modelo de exploração Florestal (cada quadro deve ser apresentado em uma folha do Excel)	
Ficheiros PDF com as Declarações de Compromisso Finais	

Nota: As plantas PDF e TIFF georreferenciadas podem ser desdobradas em várias plantas ou folhas, caso não tenham leitura

Anexo 5 – Modelo de Dados e Tabelas de Custos

Modelo de Dados

https://www.dgterritorio.gov.pt/download/OIGP/OIGP_ModeloDados.xlsx

Tabelas de Custos

https://www.dgterritorio.gov.pt/download/OIGP/OIGP_TabelasCustos.xlsx

Anexo 6 – Redes de Defesa

A. Rede Primária

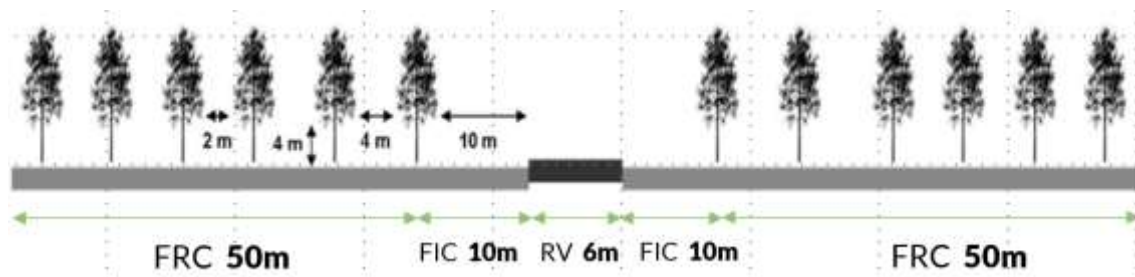
A rede primária de faixas de gestão de combustível, faz parte da rede de defesa de acordo com **n.º 2 do art.º 46.º** do DL n.º 82/2021, e visa o estabelecimento, em locais estratégicos, de condições favoráveis ao combate a incêndios rurais com a função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo e está definida nos diversos instrumentos de planeamento regional do SGIFR.

Os critérios para a implementação das redes são definidos em manual próprio (<https://www.icnf.pt/api/file/doc/86b7391d29ac1a58>). Estas faixas com uma largura padrão de 126m, visam compartimentar áreas que devem, preferencialmente, ter entre 500 e 1000ha, dependendo do tipo de território e dos sistemas florestais envolvidos. O planeamento da rede teve em consideração o definido no **n.º 3 do art.º 48.º** do DL n.º 82/2021.

No desenho da nova paisagem, quer instalação da FIC ou manutenção da FRC, deverá ser contemplada na POSP constituindo-se como duas UI e respetiva calendarização de operações, da seguinte forma:

- **Faixa de redução de combustível (FRC)** – A gestão desta faixa deve cumprir os critérios do disposto no manual de execução da RP, ou em alternativa deverá ser proposta uma alteração de ocupação, de acordo com as normas de usos compatíveis em estreita articulação com os pontos focais do ICNF para a matéria. Na tabela de atributos da POSP e operações silvícolas associadas às UI, são identificadas as operações e respetivos custos de acordo com a tabela da OT, à semelhança das restantes UI.

De acordo com a ilustração abaixo devem as EG prever a gestão de combustível ou em alternativa um uso compatível, de acordo com as operações adequadas e previstas na tabela de custos fornecida para apoio à elaboração da OIGP.



- **Faixa de interrupção de combustível (FIC)** – remoção total dos combustíveis, com identificação das operações e custos associados de acordo com a tabela da OT. Na POSP a ocupação desta UI deverá ser classificada com o código 7.1.3.1 Vegetação esparsa.

Sendo desta forma elegível a manutenção e a sua execução nas áreas onde não se encontra prevista a instalação por parte do ICNF no procedimento atualmente em curso (rede primária estruturante), a verificação destas áreas deve ser feita em colaboração com o ponto focal do ICNF.

Deverão igualmente ser tidas em consideração as prescrições decorrentes do regulamento previsto no n.º 3 do art.º 47.º do DL n.º 82/2021.

B. ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (AEMGC)

B1) ENQUADRAMENTO

As **Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível (AEMGC)** são conjuntos de parcelas, de diferentes dimensões, implementadas em locais estratégicos e estão enquadradas no **n.º 2 do art.º 46.º** do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, fazendo parte das redes de defesa, as quais servem de infraestruturação do território e podem, entre outros objetivos, de acordo com o planeamento da gestão integrada de fogos rurais, trabalhar em continuidade ou em complemento das demais componentes das redes de defesa regionais/sub-regionais, definindo áreas de descontinuidade nos estratos de combustível.

Da constituição da rede de defesa (**n.º 2 do art.º 46.º** do DL n.º 82/2021) fazem parte além dos mosaicos (AEMGC), também a estrutura de resiliência (rede primária, rede secundária e terciária- definida no QR) e ainda a rede viária, a rede de pontos de água e a rede de vigilância e deteção de incêndios, as quais em conjunto infraestruturam o território em locais específicos cumprindo com as funções para as quais foram planeadas.

AEMGC visam (**n.º 1 do art. 52.º** do DL n.º 82/2021) minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, por este motivo a sua implementação em locais estratégicos, condicionam o comportamento e mitigam a expansão e intensidade dos incêndios, minimizando os seus impactos.

A sua dimensão é variável, devendo a instalação e manutenção devem ter em atenção os seguintes aspetos:

- ✓ Histórico e tipologia dos grandes incêndios e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia que favorece a progressão do fogo;
- ✓ Localização de pontos de abertura de incêndios;
- ✓ Características fisiográfica e particularidades da paisagem local, incluindo áreas com mais anos decorridos após o último incêndio e zonas de conservação ou povoamentos florestais de elevado valor.

Para além dos descritos que decorrem da legislação, identificam-se ainda outros critérios de elegibilidade da definição das AEMGC que podem ser tidos em conta em fase de projeto de execução da OIGP:

- ✓ As áreas a selecionar deverão estar dentro das áreas potenciais, sendo possível na fase de projeto, que o seu desenho possa ir até 126 metros de distância dos limites do polígono da referida área potencial, devendo, no entanto, manter 50% da área selecionada dentro deste.
- ✓ As áreas selecionadas não deverão incidir sobre a rede secundária de faixas de gestão de combustível;
- ✓ A seleção e o desenho das áreas deverá privilegiar a sua associação à rede primária e ou à rede viária florestal, garantindo o reforço da capacidade de supressão.
- ✓ A priorização das áreas a selecionar, deverá ter em conta o histórico do sentido da propagação de incêndios na sub-região e análises técnicas complementares, incluindo simulações informáticas que considerem os rumos de vento e as maiores % de frequência da macro-região ou piro-região em análise, ou ainda bibliografia técnico-científica publicada e aplicável aos territórios em causa³.

A entidade gestora deve, em fase de proposta, consultar o ponto focal do ICNF e solicitar a ficha de projeto do Programa Sub-Regional de Ação (PSA) relativamente às AEMGC de forma a ter como critério-base essas áreas e definir, ao seu nível de planeamento e mediante conhecimento do território, os locais onde, no

• ³ P. ex., Alcasena, F. *et al.* (2021); Assessing Wildfire Exposure to Communities and Protected Areas in Portugal. *Fire* 4, 82. <https://doi.org/10.3390/fire4040082>, ou Benali *et al.* (2021) Understanding the Impact of Different Landscape-Level Fuel Management Strategies on Wildfire Hazard in Central Portugal *Forests* 12 522 DOI: [10.3390/f12050522](https://doi.org/10.3390/f12050522)

novo desenho da paisagem, devem ser incluídas as AEMGC, tendo em consideração os critérios de elegibilidade para a seleção acima descritos.

Referir ainda que no processo de planeamento podem, de acordo com o **n.º 1 do art.º 56.º** do DL n.º 82/2021, ser constituídas servidões administrativas, estabelecidos os deveres para os respetivos proprietários, usufrutuários, superficiários e para arrendatários ou detentores a outro título, nos casos em que se observarem efetivos prejuízos decorrentes de implantação das parcelas.

Deverão igualmente ser tidas em consideração as prescrições decorrentes do regulamento previsto no n.º 3 do art.º 47.º do DL n.º 82/2021.

B2) SILVICULTURA E GESTÃO DAS AEMGC

Dado que o objetivo específico é diminuir a perigosidade de incêndio e garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo deverá ser cumprido o disposto no **n.º 1 e n.º 2 do art.º 44.º** do DL 82/2021, que define que as medidas de silvicultura a adotar nestes locais devem garantir a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis e a alternância de parcelas com distinta inflamabilidade e combustibilidade, sendo certo, como já mencionado, que a dimensão dos mosaicos poderá ser variável, no entanto, o seu planeamento terá em conta o comportamento previsível do fogo e a possibilidade destas áreas promoverem a alteração da sua progressão.

Para finalizar, as AEMGC não devem ser confundidas com gestão florestal (silvicultura preventiva), não possuindo esta uma localização otimizada, caso em que é reduzido o seu valor face ao objetivo específico descrito.